

ÍNDICE INDICE

- 8** O meu olhar desde os cocurutos nas povoações empoleiradas
Conceição Lopes

- 10** Mediterraneidade — o espírito do Mediterrâneo
Fernando Santos Pessoa

- 13** Povoados alcandorados do Mediterrâneo
Miguel Reimão Costa, Susana Gómez Martínez, Desidério Batista, Vítor Ribeiro

ENTRE MARGENS ENTRE LES MARGES

- 16** Águas de Mértola: 2000 anos de abastecimento, armazenamento e gestão da água num povoado alcandorado
Virgílio Lopes, Susana Gómez Martínez, Mária de Fátima Palma, Cláudio Torres, Miguel Reimão Costa

- 22** Le géomorphosite culturel de Matmata (sud-est tunisien): paysage et habitats troglodytiques
Nouri Boukhchim

- 27** A aldeia berbere de Zroua nas montanhas meridionais da Tunísia: identidade e dinâmica da paisagem mediterrânica
Desidério Batista, Miguel Reimão Costa

- 33** Kourbous à l'époque moderne, renaissance et extension d'un village et d'une station thermale en montagne au Cap-Bon (nord-est de la Tunisie)
Beya Abidi

ENTRE PONTOS ENTRE LES POINTS

- 38** Mediterrâneo: um certo genius de habitar
Gonçalo Duarte Gomes

- 43** Las comunidades de Djebel Sirwa (Anti-Atlas, Marruecos): hacia una relación entre hábitat y economía
José María Moreno Narganes, Hacomar Ruiz González, Efraín Marrero Salas, Jared Carballo-Pérez

- 49** Centralidades encaramadas. Ciudades medias de las sierras béticas desde una perspectiva territorial e histórica. Los casos de Estepa y Osuna
Blanca del Espino Hidalgo, Francisco José García Fernández

- 55** Monte Cabeço da Cardo, 226 metros de altitude. Um percurso entre o Mediterrâneo e a faixa atlântica para reconhecimento dos valores do vernáculo
Cláudia de Oliveira Calado Gaspar

ENTRE MONTANHAS ENTRE LES MONTAGNES

- 60** Tagnit n'Abdiy. A arquitetura e a paisagem da região nordeste do Anti-Atlas em Marrocos
Miguel Reimão Costa, Desidério Batista

- 66** Zriba, un village perché du mont Zaghouan (nord-est tunisien)
Meriem Marzouki

- 71** Lecture architecturale, paysagère et culturelle d'un village perché — cas de Takrouna, Tunisie
Ons Najjar, Raja Gzara

- 76** Além da casa sem nome. Novos estudos: Constantina
Vidal Gómez Martínez, Blanca del Espino Hidalgo, María Teresa Pérez Cano

- 82** Manières d’habiter dans les zones montagnardes de la Méditerranée Occidentale: recherches sur les modèles d’habitat traditionnel de Chefchaouen
Leila Harabi

ENTRE FRONTEIRAS ENTRE LES FRONTIÈRES

- 87** “De Marvão vê-se tudo”, assim dizia José Saramago
Jorge de Oliveira
- 94** Topografias dos recintos murados da Pré-História recente do Alto Douro: o caso do Castanheiro do Vento (Horta do Douro, Vila Nova de Foz Côa)
João Muralha, Sérgio Gomes, Ana Vale, Vítor Oliveira Jorge
- 106** Estruturas de fronteira: arquitetura e povoamento em Ribacôa
Maria Isabel Lopes de Mendonça
- 112** Estremoz: assentamento e fronteira
Ana Costa Rosado

ENTRE ÁGUAS ENTRE LES EAUX

- 112** A arquitetura corrente do Baixo Guadiana através da arqueologia: a parcela do edifício dos antigos CTT de Alcoutim entre os séculos XV a XX
Marco Fernandes, Virgílio Lopes, Susana Gómez Martinez, Miguel Reimão Costa, Alexandra Gradim
- 116** La Cittadella di Gozo a Malta: un’acropoli nel cuore del Mediterraneo
Germano Germanò
- 123** *Telhados de tesouro* da Ribeira de Tavira — Modelos e tipologias da casas nobres entre os séculos XV e XVI
Ana Isabel Nascimento Santos
- 128** Vila da Fuzeta, entre o mar e a terra. Revelar arquiteturas, percursos e horizontes lagunares
Pedro Miguel Mascarenhas de Brito, João Gabriel Candeias Dias Soares
- 134** Os povoamentos alcandorados da cidade de Lisboa em risco
Filipe Mário Lopes

ENTRE TEMPOS ENTRE LES TEMPS

- 139** Arquitetura de adobe em povoações alcandoradas de Portugal
Maria Fernandes
- 142** A aldeia de Prados no Programa de Renovação Rural: apontamentos para uma história das intervenções de reabilitação em áreas rurais no Estado Novo
Vítor Ribeiro
- 149** Identité architecturale et patrimonialisation de l’habitat en Kabylie
Zoulikha Ait-Lhadj, Messaoud Aiche, Miguel Reimão Costa
- 155** Uma ponte construída em taipa — Sobral da Adiça, Moura
Miguel Ferreira Mendes

ESTREMOZ: ASSENTAMENTO E HABITAÇÃO

Ana Costa Rosado

CAM / CEAACP, Universidade de Coimbra / Universidad de Sevilla (Espania)
ana.costa.rosado@gmail.com

Palavras-chave: Estremoz, Alentejo, história do urbanismo, casa tradicional

Introdução

Acidade de Estremoz insere-se no conjunto de povoações alentejanas de fronteira, cujas funções territoriais foram, entre os séculos XII e XV, a ocupação de um território disputado administrativamente e a densificação de uma rede urbana numa zona de baixa densidade populacional. Estas cidades partilham características particulares em relação ao seu desenho urbano, devido à sua implantação em altos e ao uso de elementos urbanísticos associados ao urbanismo medieval português. Estremoz, concretamente, foi fundada *ex-novo* no reinado de Afonso III, ocupando um ponto estratégico na confluência entre vários caminhos estruturais do Alentejo e o antigo caminho entre Mérida e Lisboa. A fortificação do alto gerou um modelo urbano e, conseqüentemente, de habitação, exemplar do tipo de “cidades de fundação”.

Estremoz, pela boa conservação do seu centro histórico, é um muito bom caso de estudo deste tipo de cidades, da sua evolução e das tipologias arquitetónicas que nelas se construíram. No atual momento, os bairros alcandorados são periféricos e cada vez mais abandonados. Urge a sua valorização patrimonial para evitar a perda dos seus elementos físicos e sociais próprios, como as casas tradicionais. Tal só será possível através de estudos a seu respeito. A investigação que origina o texto estuda a casa tradicional no Alentejo pela análise comparativa de casos em várias cidades, como Estremoz¹. Baseia-se em levantamentos de edifícios no local e cruzamento de informação de arquivo de obras (século XX) e arquivo histórico. No caso de Estremoz, aqui apresentado, foram levantadas 73 casas nos bairros do centro histórico da cidade – Castelo, Santiago e Espírito Santo – aos quais se junta informação de arquivo de outros 70 casos, cujas características se mostrarão a continuação.

1. O sítio e a cidade

A origem de Estremoz é incerta e difícil de aclarar na pouca documentação histórica disponível. A cidade tem sido assumida como cidade de fundação e esse facto é difícil de rebater. Nas imediações da atual cidade encontram-se vestígios de ocupação romana agrícola. A primeira referência documental a Estremoz chega-nos de

1211 numa alusão à serra de Estremoz, mencionada na doação de terras feita por D. Sancho II aos cavaleiros da Ordem Militar de Avis (Costa, 1961, p. 114). Nesta serra de Estremoz poderia existir um aglomerado populacional, mais ou menos incipiente, sem que signifique que existisse uma povoação como tal. É a partir da doação à Ordem de Avis e de uma crescente pacificação do território da zona dos mármoreos que o desenvolvimento urbano ganha condições para florescer.

E o crescimento é sustentado. O sítio de implantação sobre uma colina, às portas da serra d’Ossa, ocupa um ponto estratégico na comunicação do território do novo Reino ainda em expansão. Situada no antigo caminho romano entre Mérida e Lisboa, Estremoz é confluência entre essa rota estratégica e vários caminhos estruturantes do sul do território, com ligações diretas a Santarém, Portalegre e Évora. Mais ainda, a partir de Estremoz é possível chegar a Lisboa tomando a direção de Montemor-o-Novo, de forma mais direta que seguindo o caminho de Évora. Significa, pois, que a fortaleza de Estremoz recebe uma primordial função estratégica: defender Lisboa em caso da queda de Elvas, já que constitui a segunda linha de defesa em relação a Castela (Liberato, 2007, p. 48).

É natural que a ocupação deste ponto estratégico tenha desempenhado uma prioridade da Coroa para consolidação da rede urbana a sul do Tejo. Ao interesse estratégico, aliam-se a disponibilidade de recursos agrícolas – solos férteis e bastas fontes de água – e minerais – a exploração de mármore de Estremoz no anticlinal entre Estremoz e Vila

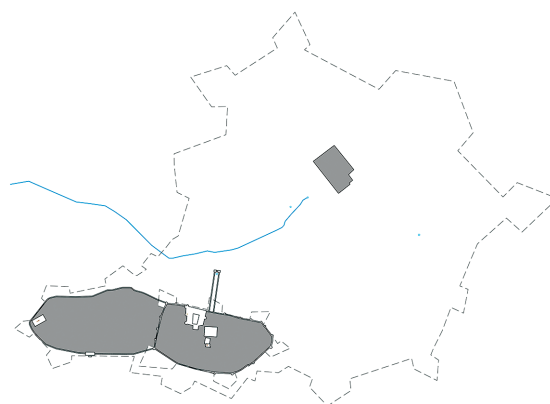


Fig. 1 Planta de reconstituição de Estremoz no ano 1300, com linha de muralhas da Restauração a tracejado

¹ Projeto de investigação doutoral financiado pela FCT (SFRH/BD/116130/2016).



Fig. 2 Vista do Castelo desde Este com bairro dos Currais na encosta

Viçosa – para potenciar o crescimento da urbe estremocense ao longo do século XIII. A ocupação consolida-se progressivamente durante a primeira metade de trezentos, e mesmo as ordens mendicantes, dependentes da existência de núcleos populacionais, buscam instalar-se nesta área em crescimento. Na planície circundante, entre datas apontadas tão díspares como 1239 e 1277 (Costa, 1961, p. 15; Espanca, 1974, p. 1; Costa, 1997, p. 1), funda-se o convento de S. Francisco. Uma das razões para a posição periférica do Convento em relação ao núcleo fortificado da vila pode ser encontrada na natureza do local: o Convento implanta-se entre as duas nascentes de água, num ponto para onde se vai expandir a urbe num futuro próximo à fundação (fig. 1).

No ano de 1258 é possível inferir uma dimensão urbana considerável para a época. A atribuição de Carta de Foral por D. Afonso III não surpreende, antes confirma a inclusão do sítio de Estremoz numa estratégia de ocupação territorial delineada para o sul do novo País, e a vontade direta do monarca de consolidar um ponto charneira entre várias rotas regionais, nacionais e ibéricas e estratégico do ponto de vista militar (Liberato, 2007, p. 52). Contemporânea à atribuição de Foral seria a ordem de reformar muralhas, já que a fortificação do Castelo foi concluída em 1261 (Barroca, 1998: 804), circundando uma área aproximada de 40 000 m². A partir de 1258, o crescimento de Estremoz torna-se exponencial. Em 1279 a área de implantação da vila tinha mais que duplicado, correspondendo a uma área aproximada de 91 725 m² após a construção do bairro residencial extramuros de Santiago. A vontade do monarca em estabelecer uma cidade de grandes dimensões no sítio de Estremoz é ainda mais visível na estrutura urbana do que na legislação: pouco depois de murar a vila, promove a construção de um bairro residencial a oeste do núcleo primitivo, ainda no alto da colina. A morfologia do novo arrabalde estrutura-se a partir de um eixo linear que parte da porta poente do Castelo (Porta de Santarém) até à Igreja de Santiago situada no extremo oeste do promontório e a partir desta Rua Direita gera-se uma malha urbana retilínea, mas hierárquica, de ruas paralelas e perpendiculares. Liberato teoriza sobre a forte probabilidade de ter existido uma praça no ponto médio da Rua Direita (Liberato, 2007, p. 136) – um espaço hoje ocupado pelos quartéis militares seiscentistas.

Seria já D. Dinis a promover o amuralhamento do novo bairro, ficando as novas fortificações concluídas em 1281. Mesmo com a rápida construção do bairro residencial de

Santiago, o crescimento demográfico exponencial da urbe fará com que depressa a área construída intramuros se revele insuficiente para albergar a totalidade da população. Até ao início do século XVI, Estremoz vai crescer de forma orgânica, descendo as encostas norte e nascente do Castelo, dando origem aos arrabaldes das Covas (hoje bairro do Espírito Santo) e dos Currais. A expansão da vila faz-se em direção aos terrenos planos e férteis a norte/ /nascente da cidadela, regados por múltiplas nascentes e linhas de água.

A expansão e consolidação dos arrabaldes extramuros, até ao fim da Idade Média, levaram à progressiva transferência de funções da cidade alta – Castelo – para a cidade baixa. Nas zonas baixas proliferavam os espaços amplos propícios a feiras e mercados, fundavam-se conventos, construíam-se casas senhoriais em parcelas largas, sem o constrangimento dos muros do Castelo. Primeiro desceram as atividades comerciais, beneficiárias da proximidade aos caminhos e à realização de feiras nos largos e no Rossio da planície (Espanca, 1975, p. 100). Também as fontes abundavam e são construídos chafarizes durante o século XVII, como a Fonte das Bicas e o Lago do Gadanha.

A Misericórdia, equipamento nascido no século XVI, implantou-se na zona baixa em 1611 (Costa, 1961, p. 129) num edifício construído de raiz com igreja, claustro e hospital (Carvalho, 2007, p. 10), somando-se às cinco as casas religiosas existentes na planície no final do século XVII. É esta área definida pelas cercas dos conventos e quintais regados que ficará dentro do perímetro amuralhado da Restauração, incluída a “nova” cidade baixa. Em 1662, no pico das Guerras de Restauração, as estruturas defensivas medievais encontravam-se degradadas e obsoletas, para além de há muito o perímetro da cidade ter extravasado a muralha dionisiana. Tal como na maioria das povoações alentejanas nas primeira e segunda linhas de fronteira, Estremoz recebe uma nova cintura defensiva, adaptada aos requerimentos tecnológicos das novas armas de artilharia. A alcáçova é rodeada de uma fortificação abaluartada em estrela e a cidade baixa circundada por uma nova muralha de 16 baluartes e quatro portas, delimitando uma área de 700 000 m². A fortificação da nova cidadela, para cuja construção são demolidas 999 habitações (Costa, 1994, p. 134), e o aumento da distância física entre o Castelo e os demais bairros não são alheios ao futuro isolamento urbano e social da zona. A fortificação e uso frequente da praça como quartel-general do Alentejo leva à deslocação da



Fig. 3 Conversadeira em mármore, Rua da Cadeia 11

centralidade para o Rossio, praça de Armas, espaço gerador do polígono radial das muralhas (Teixeira & Valla, 1999, p. 158), e à instalação de outros equipamentos na cidade baixa, como ou o Hospital Real de São João de Deus em 1669. Até ao fim do século XVII ainda se mantêm vastos vazios urbanos dentro do recinto amuralhado, que se vão densificar durante o século XVIII (Teixeira & Valla, 1999, p. 158).

Em 1698, quando o Paio da Pólvora localizado nos antigos Paços Reais explode, as zonas altas da vila já se encontram, então, em declínio. A transferência dos poderes militares e das grandes famílias para as zonas baixas e mercantis da cidade já estava em marcha. A explosão do edifício que para além de paiol serve como armaria, localizado no centro da cidadela junto à Torre de Menagem, depressa faz alastrar um incêndio de grandes dimensões por todo o recinto do Castelo. São testemunho da destruição os relatos feitos nas memórias analíticas de António Henriques da Silveira, *A concussão do ar foi tao grande, que derribou todas as cheminez do Castello, e grande parte das cazas do mesmo Castello. O elevado lugar em que o armazém estava fundado, livrou a vila baixa do mayor estrago, porque as grossas pedras, que a pólvora arrojou, saltarão os muros da praça, e forão cair a larga distancia da villa* (Fonseca, 2003, p. 249). O acidente seria a maior catástrofe a atingir a povoação e marca definitivamente o final da cidade medieval e a transferência da vila “Estremoz” para uma urbe moderna, na qual os bairros originais – Castelo e Santiago – adquiriram uma condição periférica. No Castelo ficam escombros que não serão reconstruídos, quarteirões inteiros vazios. O edifício dos Paços do Concelho, de período dionisino, sofre importantes danos com a explosão (Espanca, 1975, p. 100) e é abandonado. O Senado passaria a ocupar um edifício na Praça (hoje Largo Luís de Camões), esvaziando funcionalmente a cidade alta.

2. As ruas e casas dos núcleos alcandorados

2.1. O Castelo

O bairro do Castelo, o primeiro em construção e a ser amuralhado, funciona dentro da cidade como alcáçova. Dentro do recinto encontra-se a zona monumental da vila, situando-se em posição central a Torre de Menagem, ligada ao Paço. A praça fronteiria ao Paço, hoje Largo D. Dinis, recebe ainda a Igreja de Santa Maria, igreja matriz da cidade (Costa, 1961, p. 112) e o edifício dos antigos Paços do Concelho, também conhecido como Sala de Audiências de D. Dinis. Este conjunto administrativo central é ligado às duas portas da alcáçova, a do Arco de Santarém, a poente, pela rua retilínea homónima, e a da Frandina, a nascente, por duas ruas retilíneas dispostas em ângulo obtuso, a rua da Cadeia e a rua da Calçada da Frandina. Este eixo estrutural entre as duas portas compreende, atualmente,

toda a construção civil do Castelo. A sul do Largo D. Dinis existem ainda quarteirões dispostos em malha ovalada, hoje maioritariamente vazios e usados como quintais.

A Rua do Arco de Santarém é a mais larga da zona, com uma largura entre 4 a 5 metros. O primeiro tramo da Rua da Cadeia, ladeando a Igreja de Santa Maria, abre-se aproximadamente em 7,5 metros até à Cadeia Comarcã e Capela fronteiria de Nossa Senhora do Bom Sucesso. A partir desse ponto, estreita para 3 a 3,5 metros. As demais ruas, Rua Nova, Rua dos Fidalgos, Rua do Assento, compartilham a mesma largura entre 3 a 3,5 metros. Nas parcelas é visível com nitidez a regularidade da sua profundidade que, ao longo dos eixos onde hoje há construção (o já referido eixo entre as duas portas) varia tão somente entre 13 e 13,20 metros. No bairro do Castelo, a largura das parcelas é muito variável indiciando sinais de ativa transformação, com muito prováveis aglutinações de várias parcelas. A largura média das frentes é assim de 6 metros, aparecendo em maior número parcelas de largura entre os 4,50 e os 5,50 metros.

A Rua do Arco de Santarém e o Largo D. Dinis, pela sua proximidade ao centro de poder apresentam maior concentração de tipos de casa eruditos, casas de fachadas largas. Nas artérias entre a Praça e a Porta da Frandina predominam os tipos correntes. Em todo o Castelo, independentemente da dimensão, as casas têm dois pisos e as moradias térreas são a exceção. Aparecem frequentemente, como prova da antiguidade dos pisos elevados, chaminés de escuta à altura do primeiro andar, correspondendo ainda muitas delas a lareiras de fumeiro. Atestam a preferência, durante um longo período, pela colocação da cozinha na divisão fronteiria, tanto no rés-do-chão como no primeiro andar. A identificação de chaminés de época posterior, nas últimas divisões das casas, junto ao pátio, sugere uma deslocação da cozinha para tardo, provavelmente numa época não muito distante da atual. Esta deslocação coincide com a *nobilitação* dos compartimentos dianteiros, que são convertidos em salas, espaços sociais, aliada à libertação da fachada do corpo da chaminé para possível abertura de vãos de iluminação e ventilação.

Outro elemento arquitetónico que atesta a antiguidade dos primeiros andares são as namoradeiras, ou conversadeiras, dois bancos aproximadamente quadrangulares que ladeiam uma janela de peito, cobertos com pedra mármore local, quase sempre com o canto do quadrado chanfrado (fig. 3). Estes elementos – num total de 15 identificados neste bairro do Castelo – correspondem quase sempre a edifícios com outras marcas e elementos que os situam com probabilidade na centúria de seiscentos. É lícito assim afirmar que em Estremoz as casas de dois pisos eram amplamente usadas no início da Idade Moderna.

A área de estudo é rica em elementos decorativos nas fachadas, tanto cantarias pétreas como beirados, frisos e pilastras estucados. Os vãos de mármore apresentam grande variedade de formas, sendo a característica mais comum a presença de jambas e lintéis chanfrados (fig. 4). Encontram-se, sobretudo em portas, marcas iconográficas cruciformes. Balesteros (2000, p. 207) aponta que estas marca se relacionam com a presença de cristãos-novos.

As paredes são de alvenaria de pedra combinada com tijolo, ligados por argamassas de terra, mantendo uma espessura constante de 60 cm. As estruturas de suporte de piso e cobertura são em madeira, compostas por madres e barotes de secção quase sempre circular. Para



Fig. 4 Arcos ogivais em mármore e tijolo. Marcas em cantarias exteriores

construção do pavimento do piso elevado são assentes ladrilhos cerâmicos sobre os barrotes (fig. 5), técnica frequentemente repetida para construção dos telhados, com as telhas apoiadas sobre ladrilhos. As coberturas são quase sempre de duas águas com a cumeeira paralela à fachada principal. As casas são invariavelmente caiadas. Os compartimentos interiores são adossados, sem que uma única lógica de distribuição prevaleça no conjunto. São visíveis com frequência fenómenos de aglutinação de compartimentos vizinhos de diferentes parcelas através da abertura de vãos em paredes meãs (fig. 6).

Nos quintais a tardo das casas foram levantadas duas cisternas, na Rua do Arco de Santarém 12 e no Largo D. Dinis 5, de tipo enterrado, paralelepípedicas com abóbada de berço e de dimensões consideráveis. Não foi possível aceder a uma outra que se localizaria nos quintais da Rua Do Arco de Santarém, número 19. No Largo D. Dinis 13 encontra-se a única cobertura em terraço identificada no bairro, sob a qual se encontra outra cisterna (fig. 7). Para o terraço confluem algerozes de aproveitamento de água, encaminhados para o reservatório.

2.2. Santiago

O bairro de Santiago corresponde ao primeiro ensanche promovido fora da Alcáçova. Esta é a zona morfológica de Estremoz mais uniforme, constituída quase unicamente por casas comuns de origem medieval. As casas de grandes dimensões ou nobilizadas são raras.

O conjunto estrutura-se a partir do eixo linear central da Rua Direita que une a porta do Arco de Santarém com a Igreja de Santiago, localizada no extremo ocidental da colina. A esta rua principal somam-se quatro paralelas – ruas do Peixeiro, do Nine, do Arco e do Afã – e duas transversais, a Rua da Freirinha – que terminava na antiga Porta da Laje, hoje demolida, e que dava acesso à encosta norte da colina e ao arrabalde das Covas – e a Rua de Gonçalo Velho, que atravessa a Rua Direita à altura das portas de Évora (e do largo fronteiro a estas) e passava pela hipotética praça central do bairro, hoje ocupada por quartéis. A fortificação abaluartada de seiscentos alarga o espaço em redor do casario e na extremidade norte é implantado um segundo conjunto de quartéis que conformará o Terreiro do Loureiro.

Santiago vai tornar-se periférico quando a cidade se expande “encosta abaixo” na direção nordeste, contrária ao bairro, e perde definitivamente importância quando o centro social e administrativo passa para o Rossio, a nascente da colina do Castelo. É tradicionalmente habitado pelos estratos sociais de menores recursos e nos últimos

anos tem-se assistido inclusive a indícios de segregação. Esta condição periférica explicará em grande parte a baixa transformação do edificado a partir do século XVIII, visível até na permanência de topónimos antigos.

A Rua Direita tem uma largura variável entre 3,75 e 4,20 metros ao longo dos seus 265 metros de comprimento. As paralelas ruas do Peixeiro e do Arco variam em largura entre os 3,15 e 3,50 metros e as restantes ruas entre 3 e 4 metros. As parcelas, tal como sucedia no Castelo, apresentam uma profundidade aproximadamente constante, entre os 13,50 e os 17 metros, a maioria com quintais a tardo. A largura das parcelas é muito variável, entre um máximo de 13 metros e um mínimo de 3,50 metros, embora seja notória uma prevalência de casas de frente estreita, sendo mais frequentes as parcelas inferiores a 6 metros.



Fig. 5 Estruturas de piso e cobertura em madeira e ladrilho



Fig. 6 Vãos em paredes meãs, agora fechados

Nas fontes documentais encontram-se medidas de casas para o ano de 1515 na descrição das habitações do Tombo dos Bens da Confraria de Nossa Senhora dos Mártires (Rosado *et al.*, 2017, p. 288). São descritas variações de implantação de casas construídas, com medidas oscilando, em Santiago, entre os 3,25 e os 6,60 metros de largura por 8,30 a 14,30 de comprimento. Também se encontram medições realizadas pelo exterior das habitações, como no caso de quatro habitações na Rua do Arco em 1516 (IANTT, CC, livro 4, fl.144) com larguras de 3, 6 e 9 varas por 11 a 13 de comprimento (3,30, 6,60 e 9,90 metros por 12,10 e 14,30 metros). Repete-se então a medida de 6,60 por 14,30 metros como um lote recorrente, e é de notar que 3,30 e 9,90 são submúltiplos e múltiplos de 6,60, respetivamente. Levanta-se a hipótese da parcela original de loteamento do bairro corresponder a 6,60 por 14,30 metros (6 por 13 varas), sendo depois dividida ou aglutinada conforme a necessidade dos moradores.

Outra opção a considerar seria analisar a modelação do dimensionamento de toda a malha como sugere Luísa Trindade (2009), atendendo aos casos em que a medida da secção da rua é proporcional à dimensão do lote, ou até igual, como em Salvaterra de Magos (30 palmos de frente de lote para 30 palmos de largura de rua), Viana do Castelo (20/20 palmos) ou Nisa (15/15 palmos). A largura da Rua Direita de Santiago tem, em média, 20 palmos de largura (4 metros) e poderíamos assumir a sua constância desde, pelo menos, a centúria de quinhentos, ao considerar que os portais manuelinos presentes nos dois lados da rua não terão sido recolocados. Um teste com lotes de 20 palmos de largura, equivalente à secção da rua, e 60 palmos de comprimento apresenta uma coincidência fiável com a malha atual, sobretudo nos espaçamentos entre ruas travessas (fig. 9). Os 60 palmos correspondem aos 13,20 metros já identificados na malha do Castelo, e que são, embora em menor medida, visíveis em Santiago: tendencialmente os lotes neste bairro cresceram em profundidade, ocupando quintais. Mas ainda assim há vários casos de profundidade inferior aos anteriormente considerados 14,30 metros, daí que essa não fosse a profundidade original. E de facto, um lote de 20 x 60 palmos é uma possibilidade próxima ao que mostram alguns levantamentos efetuados, mas seriam necessários mais casos para a confirmação desta hipótese.

As casas são em regra de dois pisos e nas fachadas destacam-se os vãos, pela sua quantidade e desenho, quase sempre em mármore, trabalhados, ao gosto de muitas épocas estilísticas. No caso do bairro de Santiago

a imutabilidade dos últimos séculos assegura com alguma exatidão a correspondência das cantarias atuais à sua localização de origem. Encontram-se dispersas pelo casario cantarias de arcos ogivais, com ou sem chanfro, associados ao século XV, vãos trabalhados de formas irrepetíveis genericamente designados como Manuelinos, portas e janelas adinteladas com jambas e lintel recurvos – geralmente setecentistas, mas com distribuição temporal vasta – e pontuais casos barrocos de frontões recurvos. Outras marcas nas fachadas incluem placas ou ícones foreiros e caracteres talhados nas ombreiras como na Rua do Arco 4 onde aparece uma oração em caracteres romano-góticos (séculos XIII-XIV) (Espanca, 1975, p. 200).

Tal como no Castelo são visíveis nas fachadas as chaminés de escuta, muitas à altura do primeiro andar, com a particularidade de aparecerem aqui algumas com o apoio feito sobre arcos ou cimalkhas trabalhadas em massa. A cozinha continuará, tendencialmente, situada nos compartimentos dianteiros durante a Idade Moderna, tanto no rés-do-chão como no primeiro andar. Continua a ser frequente encontrar esta distribuição funcional, com a entrada na casa a ser feita diretamente para a cozinha, que, como espaço social da casa, acumula a função de sala de estar. Também se repete aqui a incidência de conversadeiras nas janelas do primeiro andar, aparecendo em cinco dos 14 casos levantados.

Conclusão

Os núcleos alcandorados estão hoje numa posição de periferia e segregação em relação à cidade, e enfrentam o estigma de pobreza e exclusão, extensível às próprias casas tradicionais. Dentro da cidade são entendidos como áreas de difícil acesso e mobilidade, infraestruturas antigas e pouco comércio e serviços. A degradação física e



Fig. 7 Entrada de cisterna sob açoteira



Fig. 8 Rua Direita de Santiago com Castelo ao fundo

social destes bairros aumenta numa espiral descendente: as casas tradicionais sem conservação oferecem condições de habitabilidade abaixo dos padrões atuais de conforto e ficam tendencialmente inabitadas por períodos longos, degradando-se mais depressa e, então, cada vez menos propensas a atrair novos residentes. Também os bairros, cada vez com menos habitantes, vão recebendo menos serviços e manutenção urbana, aumentando ainda mais a tendência de perda de residentes. Uma população diminuta e tendencialmente envelhecida tem menos participação cívica e pouca influência nas decisões concelhias que poderiam ajudar a recuperação destas áreas.

Para combater este estigma são essenciais, mas não suficientes, políticas de valorização patrimonial. Através da conservação arquitetónica e recuperação urbana dos espaços destas áreas de enorme valor cultural poderá ser possível o regresso de moradores, a identificação da população com os seus valores culturais e o crescimento do sentido de pertença a uma comunidade, catalisadores importantes para o aumento da participação cidadã na gestão da sua cidade, girando assim o sentido da espiral para ascendente.

Bibliografia

Balesteros, C., Santos, C. S. & Santos, C. A. (2000). "Marcas de Simbologia Religiosa Judaica e Cristã ou Cristã-Nova nos Núcleos Urbanos Antigos de Estremoz e de Trancoso". *3.º Congresso de Arqueologia Peninsular – Actas*. Porto: ADECAP.

Barroca, M. J. (1992). "Medidas-padrão medievais portuguesas". *Revista da Faculdade de Letras*, série II, IX, pp. 53-85.

Barroca, M. J. (1998). "D. Dinis e a arquitectura militar portuguesa". *Revista da Faculdade de Letras*, série II, XV (I).

Beirante, M. Â. R. (1995). *Évora na Idade Média*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

Carita, H. (1994). *Bairro Alto. Tipologias e modos arquitectónicos*. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa.

Carvalho, M. d. R. S. C. C. d. (2007). *Por amor de Deus: representação das obras de misericórdia, em painéis de azulejo, nos espaços das confrarias da Misericórdia, no Portugal setecentista*. Tese de Mestrado. Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa.

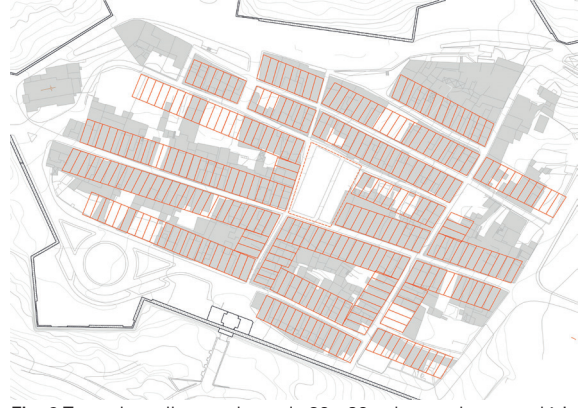


Fig. 9 Teste de malha com lotes de 20 x 60 palmos sobre parcelário atual

Correia, F. B. (2013). *Elvas na Idade Média*. Évora: Colibri.

Costa, M. A. N. (1953). *O Topónimo Estremoz*. Estremoz: Câmara Municipal de Estremoz.

Costa, M. A. N. (1961). "Estremoz e o seu concelho nas Memórias Paroquiais de 1758". *Boletim da Biblioteca da Universidade de Coimbra*, XXV.

Costa, M. A. N. (1994). *A "breve recopilação... da fundação, antiguidades e excelências... de Estremós"*. Estremoz: Câmara Municipal de Estremoz.

Costa, M. A. N. (1997). *"Astroz" num testemunho singular*. Estremoz: Câmara Municipal de Estremoz.

Costa, M. R. (2015). *Mértola – A arquitetura da vila e do termo*. Mértola: Campo Arqueológico de Mértola.

Espanca, T. (1974). "Real Convento de S. Francisco de Estremoz". *A Cidade de Évora*, 57.

Espanca, T. (1975). *Inventário Artístico de Portugal – Distrito de Évora, VIII, Concelhos de Arraiolos, Estremoz, Montemor-o-Novo, Mora e Vendas Novas*. Lisboa: Academia das Belas Artes.

Fonseca, T. (2003). *António Henriques da Silveira e as Memórias analíticas da vila de Estremoz*. Estremoz: Câmara Municipal de Estremoz.

Liberato, M. A. A. (2007). *Integração territorial, paisagem urbana e sociedade. Estremoz Medieval: 1258-1521*. Tese de Mestrado. Universidade Nova de Lisboa.

Mendeiros, M. J. F. (1972). "A Epopeia de Estremoz". *Conferência proferida na Casa do Alentejo por ocasião da Jornada Estremocense*. Évora: Gráfica Éboreense.

Rosado, A. C., Costa, M. R. & Liberato, M. (2017). "Contributo para a história da arquitetura da habitação e da organização do espaço no interior do castelo de Estremoz". *Arqueologia Urbana em Centros Históricos, Actas IV FAUR*. Faro: UAIG/CEAACP, pp. 286 - 304.

Rossa, W., Conceição, M. T. D. & Trindade, L. (2008). "Raia e cidade". *Monumentos*, 28, pp. 6-21.

Serrão Pimentel, L. (1680). *Método lusitânico de desenhar as fortificações das praças regulares e irregulares, fortes de campanha e outras obras pertencentes à arquitectura militar*. Lisboa: s.n.

Teixeira, M. C. & Valla, M. (1999). *O Urbanismo Português – séculos XIII – XVIII, Portugal – Brasil*. Lisboa: Livros Horizonte.

Trindade, L. (2009). *Urbanismo na composição de Portugal*. Tese de Doutoramento. Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.